



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE CARAGUATATUBA
ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 179/04, DE 04 DE OUTUBRO DE 2004.

“Dispõe sobre a aposentadoria compulsória do servidor ANTONIO HILARIO CORREA”

ANTONIO CARLOS DA SILVA, Prefeito Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e

Considerando o que consta do Processo Administrativo n.º 17.750/04, em especial os pareceres do Instituto de Previdência do Município de Caraguatatuba – CaraguaPrev e da Secretaria Municipal de Administração,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a aposentadoria compulsória, com proventos proporcionais, ao servidor **ANTONIO HILARIO CORREA**, matrícula funcional n.º 1855 e RG. n.º 2.535.063, ocupante do cargo de Vigia, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, por contar mais de 70 anos de idade, de acordo com o artigo 40, § 1º, inciso II, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com o disposto no artigo 37, da Lei Municipal n.º 888, de 5 de dezembro de 2000, que instituiu o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais e criou o Instituto de Previdência do Município de Caraguatatuba - CaraguaPrev.

Art. 2º - O ex-servidor perceberá os proventos proporcionais correspondentes a 20 (vinte) anos, 11 (onze) meses e 26 (vinte e seis) dias, correspondente a média das maiores remunerações, utilizadas como base para as contribuições, conforme disposto no artigo 1º e § 5º da Lei Federal n.º 10.887, de 18 de junho de 2004, no valor total de R\$ 486,00 (quatrocentos e oitenta e seis reais), valor este já acrescido de todos os direitos e demais vantagens do cargo que exercia, assim composto:

Salário (20/35 avos)	R\$ 451,80
Adicional por Tempo de Serviço (20/35 avos)	R\$ 34,20

TOTAL DOS PROVENTOS R\$ 486,00

Art. 3º - O pagamento dos proventos da aposentadoria será suportado integralmente pelo Tesouro Municipal, nos termos do disposto no artigo 103, da Lei Municipal n.º 888, de 05 de dezembro de 2000, com redação alterada pela Lei Municipal n.º 1.119, de 07 de junho de 2004.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto, correrão por conta de verbas próprias consignadas no orçamento do Município, suplementadas se necessário.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Caraguatatuba, 04 de outubro de 2004.

ANTONIO CARLOS DA SILVA
Prefeito Municipal

